



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 87925/2023

CÓDIGO VERIFICADOR Nº QMYEL43K

PROJETO DE LEI Nº 221/2023

EMENTA: *“Altera dispositivos na Lei Municipal Nº3.793, de 30 de Novembro de 2021, conforme especifica.”*

INICIATIVA: COMISSÃO EXECUTIVA

PARECER Nº 167/2023

I – DO RELATÓRIO

A Comissão Executiva desta Casa de Leis encaminha projeto de lei que dispõe sobre a instituição do auxílio-refeição em pecúnia para todos os servidores ativos e cargos em comissão da Câmara Municipal de Araucária, no valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) a ser depositado em conta bancária de titularidade do servidor até o 5º(quinto) dia útil do mês.

Justifica a Comissão Executiva que “tendo em vista a demanda pelo reajuste do auxílio refeição dos servidores do Legislativo, visando diminuir as disparidades entre o benefício e o custo despendido pelos servidores da Câmara Municipal de Araucária em alimentação/refeição. O último reajuste concedido foi realizado através da Lei nº 3.793/2021, com data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, desta forma, conforme anexo, apresentamos uma estimativa baseada nos índices IPCA(IBGE) E O INPC (IBGE), com os valores de 1.176,00 e 1.175,00



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

respectivamente, com base em maio de 2023 (os meses de junho e julho estão indisponíveis na presente data).

Ademais, tramita nesta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 2.599/2023 de iniciativa da Prefeitura de Araucária, concedendo reajuste ao auxílio refeição dos servidores do Poder Executivo e suas respectivas secretarias, o percentual proposto é aproximadamente de 10% sob o atual valor, desta forma, para que haja uma equivalência relativa na recomposição dos valores apresentamos este Projeto de Lei que fixa o valor do auxílio refeição dos servidores do Legislativo em R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).”

Após breve relatório, segue a análise jurídica.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente passamos à análise da competência para deflagrar a presente proposição.

De acordo com o art. 27, inciso I, “c” da Lei Orgânica do Município de Araucária compete privativamente a Comissão Executiva a iniciativa de projetos de lei que aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores:

“Art. 27 Compete à Comissão Executiva, dentre outras atribuições:

I - a iniciativa de proposição, quanto à estrutura da Câmara Municipal:

[...]

c) de Lei que disponha sobre vencimento e demais vantagens remuneratórias de seu quadro de cargos, empregos e funções; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 21/2021)”

Logo, está em conformidade com a lei vigente do Município de Araucária no tocante a proposição do projeto.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

Contudo, segundo a Lei 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, nos arts. 16, I e II e 17, §§ 1º e 2º, todos os projetos que visam aumentar as despesas e for de caráter continuado é preciso estar acompanhado do relatório de Impacto Orçamentário, a fim de atender o disposto na Lei Complementar:

“Art. 16 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17 Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

Portanto, conforme constam nos autos o projeto está acompanhado da Estimativa de Custos, Parecer Contábil-financeiro e Declaração do Ordenador de Despesa. Por outro lado, cumpre ressaltar que não constam no processo os seguintes documentos: Relatório de Impacto Orçamentário Financeiro e Execução Orçamentária/Financeira de Empenhos. Dessa maneira, recomendamos que os referidos documentos faltantes sejam anexados ao processo.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

A Magna Carta ainda dispõe em seu art. 169 sobre a importância dos referidos documentos.

“Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021\)](#)

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: [\(Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#) [\(Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020\)](#)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

Ainda sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal temos a esclarecer que o auxílio-refeição não é computado para fins de limite com gasto de pessoal, disposto nos arts. 19, III e 20, III, “b” da supracitada lei, em face daquela modalidade ser considerada como caráter indenizatório, e sendo assim, não há que se falar em despesa com pessoal.

“Art. 19. Para os fins do disposto no [caput do art. 169 da Constituição](#), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

[...]

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).”

“Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

os seguintes percentuais:

[...]

III - na esfera municipal:

[...]

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.”

O Supremo Tribunal Federal já pronunciou a respeito da não possibilidade de incorporação do auxílio ou vale-refeição à remuneração, tendo em vista seu caráter indenizatório:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. VALE-REFEIÇÃO E AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. BENEFÍCIO CONCEDIDO AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. NATUREZA INDENIZATÓRIA. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. IMPOSSIBILIDADE. O DIREITO AO VALE-REFEIÇÃO E AO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NÃO SE ESTENDE AOS INATIVOS E PENSIONISTAS, VEZ QUE SE TRATA DE VERBA INDENIZATÓRIA DESTINADA A COBRIR OS CUSTOS DE REFEIÇÃO DEVIDA EXCLUSIVAMENTE AO SERVIDOR QUE SE ENCONTRAR NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, NÃO SE INCORPORANDO À REMUNERAÇÃO NEM AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (STF - AI 586615 AGR, RELATOR(A): MIN. EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, JULGADO EM 08/08/2006, DJ 01-09-2006 PP00037 EMENT VOL-02245-11 PP-02323)
(GRIFAMOS)

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná entendeu que a concessão de auxílio-alimentação de natureza iminentemente de verba indenizatória não são computados na despesa de pessoal, vejamos:





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA ESTADO DO PARANÁ EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

1.É possível, in thesi, a criação de lei com o fito de instituir auxílio-alimentação ou auxílios de natureza indenizatória aos servidores municipais, já que a situação de eventual extrapolação do limite de gastos com pessoal não obsta a concessão de verba indenizatória; Caso essa hipótese se implemente, não haverá ofensa ao orçamento impositivo;

2.Não se aplica o disposto no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) aos gastos decorrentes da concessão de auxílio-alimentação, já que estes não são computados na despesa total com pessoal;

3.Não será aplicável a nulidade prevista no art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) a eventual lei municipal que institua auxílio-alimentação a servidores, pois as verbas indenizatórias não são computadas como gastos com pessoal;

4.Uma vez instituída lei municipal que conceda auxílio-alimentação a servidores, não serão aplicáveis as restrições previstas nos incisos I, II, III, IV e V do parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), pois dentre elas não se encontra a vedação à concessão de verba indenizatória.

Consulta com Força Normativa - Processo nº 670373/17 - Acórdão nº 2046/19 - Tribunal Pleno - Relator Conselheiro Artagão de Mattos Leão.

(LINK: [HTTPS://WWW1.TCE.PR.GOV.BR/CONTEUDO/24-GRATIFICACOES-ADICIONAIS-E-CORRELATOS/308596/AREA/242](https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/24-gratificacoes-adicionais-e-correlatos/308596/area/242))

III – DAS RECOMENDAÇÕES

a) Seja acostado aos autos Relatório de Impacto Orçamentário Financeiro e Execução Orçamentária/Financeira de Empenhos.

IV – DA CONCLUSÃO





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

Atendidas as recomendações citadas acima, sob o ponto de vista formal a presente proposição está revestida de legalidade, portanto, salvo melhor entendimento pelas Comissões Competentes, a presente proposição pode seguir trâmite regimental.

Observamos que o Projeto de Lei nº 221/2023 está de acordo com as determinações contidas na Lei Complementar nº 95/1998 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Diante do previsto no art. 52, incisos I e II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária a matéria está no âmbito de competência **da Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento** as quais caberão lavrar os respectivos pareceres ou solicitar informações que entenderem necessárias e em especial a juntada da declaração de que o aumento não atinge o limite com o gasto de pessoal.

É o parecer.

Diretoria Jurídica, 29 de Junho de 2023.

IVANDRO NEGRELO MOREIRA

OAB/PR Nº 73455

MARIA EDUARDA ALEXANDRE

ESTAGIÁRIA DE DIREITO

